

SOBRE AUMENTATIVOS DE VERBOS

Alessandro Boechat de Medeiros¹

alboechat@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa o aumentativo em verbos no português brasileiro, procurando entender a estrutura morfossintática dessas formas e explicar vários aspectos de sua interpretação. Usando o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, proponho que existe um traço aumentativo ([+AUM]) que compõe um núcleo flexional e que opera semanticamente sobre uma grandeza associada à variável de evento introduzida pelo verbo mais encaixado e quantifica essa variável. Um núcleo Voz também está presente na estrutura, logo abaixo do núcleo flexional, e a combinação de todos os morfemas cria uma leitura de conjunto de entidades que são, tipicamente, agentes dos eventos introduzidos pelos verbos de base. O artigo ainda formula hipóteses sobre o porquê de não haver diminutivos de verbos e propõe que uma teoria baseada em derivações por fases nos moldes de Embick (2010) e Marantz (2013) fornece explicações interessantes para certos aspectos do significado e da morfofonologia das formas aqui estudadas.

PALAVRAS-CHAVE: aumentativos; verbos; derivações por fases; Morfologia Distribuída.

INTRODUÇÃO²

O presente artigo analisa formas nominais como *amarelão, arrotão, babão, beberrão, brigão, brincalhão, cagão, chorão, comilão, corrão, engasgão, enrolão, entrão, fujão, fumão, furão, imitação, mandão, mamão, mexilão, mijão, peidão, pidão, reclamão, respondão, sabichão, tecelão, vacilão, vendilhão, viajão, vomitão, zangão*, etc³.

Sua morfologia sugere haver anexação de um morfema aumentativo a uma raiz ou radical verbal; contudo, ao contrário do que ocorre quando aumentativos ou diminutivos são afixados a nomes ou adjetivos, o aumentativo, aqui, *nominaliza* a base, gera palavras que denotam propriedade de uma entidade interpretada como argumento externo (agente da atividade) do verbo de base, e faz com que o evento denotado pela raiz ou radical verbal tenha,

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

² Agradeço a Gean Damulakis, Janayna Carvalho, Ana Clara Polakof e aos alunos do curso de Tópicos Especiais III, ministrado no programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ no segundo semestre de 2014, pela leitura e pelos comentários. Agradeço também aos pareceristas anônimos que fizeram a leitura deste trabalho. Quaisquer erros aqui contidos são de minha exclusiva responsabilidade.

³ Montei a lista com base em entradas que encontrei na internet (blogs, dicionários online, etc.), no dicionário Houaiss Eletrônico ou em situações de uso concreto por mim presenciadas, sem qualquer tipo de elicitación.

tipicamente, uma frequência mais alta do que a média para o mesmo evento com outros agentes. Além disso, somente o aumentativo é permitido aqui: a combinação direta de um diminutivo com um verbo não é licenciada. Exemplos como *chorinho*, *vomitinho*, *arroquinho*, etc. aceitam somente a leitura própria dos diminutivos dos nomes *choro*, *vômito*, *aroto*, etc. Por fim, há quase sempre uma conotação pejorativa associada ao significado das formas listadas acima.

A observação dos dados sugere, ainda, que as raízes envolvidas estão ligadas a verbos tipicamente transitivos/inergativos. E, quando acrescentamos outro aumentativo (ou mesmo um diminutivo, que nesse contexto é licenciado) sobre os itens V-ão, esse aumentativo (ou diminutivo) pode dizer algo sobre, por exemplo, o tamanho dos indivíduos membros do conjunto definido pela forma aqui estudada, como ocorre nos aumentativos e diminutivos de nomes em geral.

As características mencionadas acima levantam inúmeras perguntas; listo a seguir as que julgo mais importantes para a descrição dessas formas:

1. Que estrutura morfossintática poderia dar conta de sua leitura regular, além de suas propriedades morfofonológicas?
2. Por que somente os aumentativos (não os diminutivos) são licenciados?
3. Que restrições existem sobre o tipo de raiz ou radical verbal que entra na construção?

Além da lista acima, os itens V-ão colocam questões sobre a natureza dos morfemas aumentativos e diminutivos de um modo geral. Dentro de abordagens com viés sintático, uma das perguntas que se coloca é se seriam os aumentativos *núcleos* (De BELDER et alii, 2007; ARMELIN, 2011, entre outros) ou *modificadores* (BACHRACH; WAGNER, 2007, somente para o diminutivo). Este trabalho também se propõe a dar uma contribuição a essa discussão.

Creio que o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997) forneça as melhores ferramentas para responder a essas questões e outras que surgirão abaixo. Portanto, este será o modelo de arquitetura gramatical adotado no artigo.

O texto tem a seguinte organização. Na seção 1 discuto com mais detalhes algumas propriedades dos itens sob análise. Na seção 2 apresento um breve esboço do arcabouço teórico adotado, a Morfologia Distribuída (doravante MD). Na seção 3 apresento a proposta de análise. Na seção 4 recapitulo a discussão proposta no artigo e listo alguns problemas não resolvidos.

1. UM POUCO MAIS SOBRE *CHORÕES* E *RECLAMÕES*

1.1 SOBRE OS AUMENTATIVOS E O SIGNIFICADO DAS FORMAS V-ÃO

Em nomes e adjetivos, as grandezas às quais aumentativos e diminutivos fazem referência são bastante diversas, e têm interações complexas com fatores pragmáticos variados, como os exemplos abaixo o mostram:

- (1) Naquele museu da Boeing só tinha *aviãozão*.
- (2) Aquele *aviãozão* pousou sem dificuldades naquele *aeroportozinho/aerportinho*?
- (3) Meu tio tem uma Ferrari. Ela é pequena, só tem dois lugares, mas que *carrão*!
- (4) Esse creme de abacate está *gostosão*/Esse creme de abacate está *gostosinho*.
- (5) Esse bebê é *lindinho* mesmo!
- (6) Esse gato é *pequeninho*/#?*pequeninão*.

Na sentença (1), o substantivo *aviãozão* indica que os aviões encontrados no museu, numa escala⁴ de tamanho associada a aviões de todos os tipos, estão em suas posições (da escala considerada) mais altas. Mas a grandeza em questão não precisa ser somente o tamanho da aeronave: pode ser sua potência, beleza, conforto, importância histórica, etc.

Em (2) o aumentativo em *aviãozão* e o diminutivo em *aeroportozinho* dependem, em certa medida, um do outro: o *aviãozão* não precisa ser um avião (bem) maior do que um avião médio de seu tipo (ou de qualquer tipo), mas um avião cujo tamanho é bem maior do que o desejável dadas as dimensões do aeroporto em questão. O mesmo raciocínio, no sentido inverso, vale para *aeroportozinho/aerportinho*.

Em (3), o aumentativo não trata do tamanho do carro, que foi excluído pelo contexto, mas, como numa das leituras possíveis do exemplo (1), de outras qualidades, como a potência de seu motor, e seu conforto, ou qualquer outra qualidade (ou mesmo um conjunto delas) que possa ser ligada ao carro⁵. O substantivo *carrão*, portanto, indica que, dada alguma qualidade desejável em carros, o carro em questão está acima da média numa escala associada a tal qualidade.

⁴Não estou, neste momento, tomando o termo “escala” num sentido técnico dentro da semântica formal.

⁵Creio que tais qualidades, quaisquer que sejam, estão associadas a finalidades que podemos atribuir aos carros de um modo geral. Assim, apesar de achar, por exemplo, a cor de um carro qualquer muito bonita, não direi que se trata de um *carrão* por conta disso.

Em (4), o par de sentenças nos indica que, numa escala de “gostosura”, o creme de abacate está nas posições mais altas na primeira sentença e, talvez, nas posições inferiores na segunda sentença. Mas o diminutivo também pode dizer que o doce está algo mais do que gostoso.

Já em (5) o diminutivo não está ali para dizer que o grau de lindeza está baixo na escala de lindeza; antes parece que o diminutivo indica somente um modo adequado de tratar de uma qualidade de uma criança pequena. De fato, paradoxalmente, o diminutivo pode estar intensificando, não diminuindo, o grau de “lindeza” do bebê no exemplo.

Se associamos o diminutivo a posições mais baixas numa escala qualquer de alguma forma ligada à palavra de base, a conclusão é que, em (6), *pequeninho* deveria significar algo como “pouco pequeno” (pois estaria nas posições mais baixas na escala de pequenez), mas parece ser justamente o contrário: como numa das acepções de *lindinho* acima, o diminutivo intensifica o grau de pequenez do gato. E, curiosamente, é um tanto difícil alcançar um sentido para a palavra *pequeninão*...

O quadro parece ser um pouco menos complexo nos casos a seguir:

(7) Pedro é um

chorão/reclamão/vomitão/babão/viajão/vacilão/mijão/cagão/peidão/comilão/arrotão/repondão/amarelão/brigão/mamão/pidão, etc.

Aqui, as grandezas com as quais o aumentativo se relaciona são bem poucas, e muito mais estreitamente determinadas pelas características da atividade veiculada pela base. Por exemplo, chorões são pessoas que choram com muita frequência, ou por um tempo muito prolongado (quando o fazem), ou, mesmo, marginalmente, com muita intensidade, nas ocasiões em que o fazem; não pessoas grandes, ou muito importantes, ou muito bonitas, etc., que choram, ou pessoas que, quando choram, o fazem com muita raiva, tristeza, etc. Já um “comilão” seria mais bem determinado pela quantidade de comida que normalmente come em relação à média das pessoas, não necessariamente pela frequência com que come (ainda que isso possa contar em determinados contextos), ou pelo tempo que leva comendo. O comilão tampouco é dos maiores entre os que comem, ou dos mais importantes, ou dos mais feios/bonitos, nem dos que comem com muita raiva, tristeza, alegria, ou mesmo voracidade, nem dos que comem as comidas mais ou menos saudáveis. Isso quer dizer que os fatores pragmáticos muitas vezes em jogo para determinar a grandeza referida pelo aumentativo em

nomes e adjetivos não têm efeito para as formas listadas em (7). Comparem-se os exemplos abaixo:

- (8) Depois de anos praticando caratê e outras artes marciais, Alfredo tornou-se um brigão.
(9) Depois de saber de tantas missões bem-sucedidas, meu filho me disse que considerava o B-52 um aviãozão.

Em (8), a palavra “brigão” não indica que Alfredo se tornou um “brigador” com um domínio acima da média da arte da briga por conta dos anos de prática de caratê. A única leitura possível é aquela em que Alfredo se tornou alguém que passou a brigar com muita frequência, talvez por praticar artes marciais.

Já em (9), o aumentativo pode estar se referindo à qualidade geral do B-52 como máquina de guerra ou sua importância histórica em conflitos armados. Aqui, não se trata do tamanho do avião, ou do seu conforto, ou, mais marginalmente, da sua velocidade, grandezas que poderiam estar ligadas ao aumentativo, em outros contextos, como (10):

- (10) O B-52 é um aviãozão: tem 48 metros de comprimento e 12,4 metros de altura.

De um modo geral, pode-se dizer que o aumentativo nas formas V-ão tem uma função próxima à do quantificador “muito” pós-verbal para verbos que denotam atividades. De fato, em quase todos os casos, as únicas grandezas modificadas pelo aumentativo nas formas V-ão são aquelas modificadas pelo advérbio “muito” aplicado diretamente aos verbos relacionados⁶: brigão é alguém que briga muito, chorão é aquele que chora muito, beberrão é aquele que bebe muito, fujão é quem foge muito, etc. O aumentativo, assim como o advérbio “muito”, funciona como um comparativo em relação a um limiar. A depender da natureza da atividade denotada pelo verbo, o comparativo pode referir-se à frequência (que é a grandeza mais comumente avaliada nas formas V-ão, e parece ser possível em todos os casos) ou à quantidade de um complemento não expresso ou cognato (por exemplo, para o comilão, pode contar a quantidade do que ele come, normalmente ou em eventos especiais, não necessariamente a frequência com que ele pratica a atividade de comer) ou mesmo a uma

⁶ Importante esclarecer que estou excluindo casos como o de “ele briga muito”, com a interpretação “ele briga muito bem”. Aqui parece haver um advérbio de modo elíptico que é modificado por “muito”: “muito”, portanto, não modifica o verbo.

propriedade intrínseca à raiz (por exemplo, “chorão” pode ser aquele que é muito veloz na corrida⁷).

Por fim, vale dizer que as formas V-ão caracterizam predicados do tipo *individual-level*.

1.2 CLASSE NAS FORMAS V-ÃO

O estatuto categorial das formas V-ão é ambíguo. Pode ocorrer em contextos típicos de adjetivos, como (11) abaixo, ou de nomes, como (12).

(11) a. Paulinho é/ficou/parece muito/insuportavelmente/loucamente chorão. (Contexto predicativo)

b. Meninos (muito/insuportavelmente) chorões têm mais sucesso com as vovós. (Contexto atributivo)

(12) a. Olha lá: o chorão entrou na sala. (Argumento)

b. Só encontrei (*muito/*terrivelmente/*mais) chorões naquela sala. (Ambiente fraco)⁸

c. Ô, Chorão! Vem cá! (Vocativo)

Trata-se, portanto, de uma categoria nominal, nome ou adjetivo. A dificuldade reside em estabelecer a categoria da base. Veja-se que uma arquitetura como a da Morfologia Distribuída, teoria aqui adotada, nos dá, a princípio, três possibilidades em relação ao estatuto categorial da base:

- (a) A base é nominal (i. e. Raiz+n). É possível imaginar que formas como “chorão” derivem de um aumentativo do nome “choro” (a concatenação da raiz √CHOR- com um morfema nominalizador, *n*), que recebe uma interpretação especial, uma metonímia na qual a referência a um evento (*nomen actionis* – choro) se torna a referência a seu agente. Uma vez que o aumentativo do nome “choro” poderia ser lido como um choro “muito grande”, o “chorão” agente seria o “agente de um

⁷ Segundo o dicionário Michaelis on-line (http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/chorao%20_935289.html) também pode significar medroso ou fujão.

⁸ Borer & Roy (2007).

choro muito grande” ou o “agente de uma grande quantidade de choro”, o que parece ser o significado aproximado de “chorão” em “Pedro é um chorão”⁹.

- (b) A base é acategorial (i. é. Raiz+[ão]). De alguma forma, o aumentativo (ou um morfema que contenha os traços do aumentativo) categoriza diretamente a raiz ou uma estrutura abaixo do morfema categorizador.
- (c) A base é verbal (i. é. Raiz+v). Primeiro, temos a formação de uma camada verbal através da concatenação de uma estrutura ou raiz acategorial com um núcleo verbalizador, *v*. Depois temos a concatenação do morfema aumentativo (ou de um morfema que inclua traços relacionados ao aumentativo), e a recategorização da estrutura, convertendo-a numa forma nominal, adjetivo ou nome.

Assumindo a primeira possibilidade, (a), temos três dificuldades: 1) Por que não existe a forma “chorinho” denotando, pela mesma extensão de significado mencionada acima, o conjunto de indivíduos que são “agentes de pouca quantidade de choro” ou “agentes de um pequeno choro”? Note-se que o próprio nome “choro” tampouco pode denotar um agente. 2) Por que, quando há alomorfe de raiz, a forma da raiz que entra em cena é a forma que encontramos no verbo, não no nome correspondente? Veja-se que “respostão” não caracteriza conjuntos de indivíduos que respondem muito frequentemente, ou que dão muitas respostas, normalmente mal-educadas; mas “respondão”, sim. 3) Se o gênero do nome de base é masculino, o aumentativo não cria um feminino a partir dele. Ou seja, seria difícil explicar que palavras como “choro”, masculina, possam gerar palavras como “chorona”, feminina, sem que houvesse uma completa reanálise morfológica.

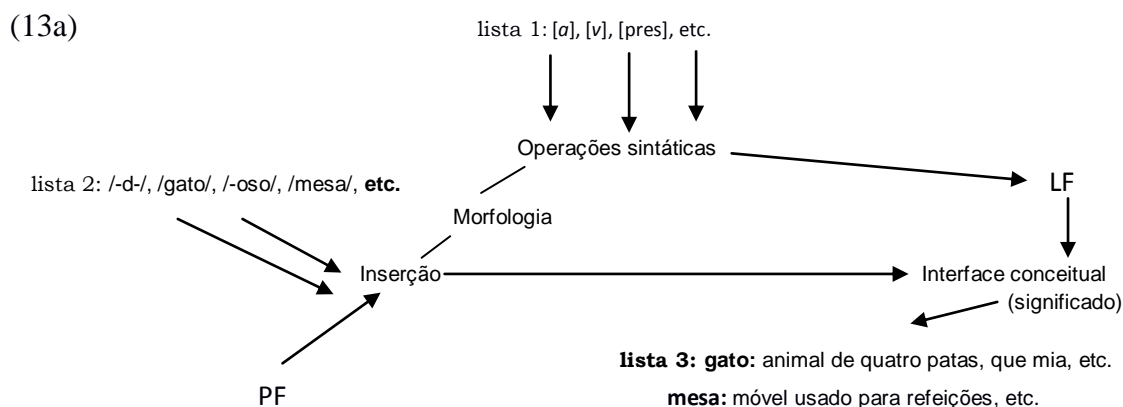
Assim, a opção (a) deve ser descartada: as formas estudadas neste artigo não são meros aumentativos de formas nominais (*nomen actionis*) envolvendo raízes compartilhadas com os verbos correspondentes.

⁹ Um dos pareceristas considerou a formulação dessa hipótese inadequada, e faz a seguinte pergunta: “como se pode admitir que um sufixo aumentativo que não gera um aumentativo gere um *nomina agentis* a partir de um *nomina actionis*?” Não entendo a pergunta (ou crítica). Ocorre-me que o avaliador considera que o aumentativo de palavras como “choro” ou “briga” não tem a interpretação de aumentativo, avaliativa. Se for isso, menciono uma passagem que encontrei no Google, onde a leitura avaliativa é clara: “Não foi um **chorão**... só lagrimei. Como tratei o dad? Bom...” (em http://equador.blogspot.com.br/2002_02_17_archive.html). Tampouco estou dizendo, na hipótese discutida, que é o aumentativo que gera um *nomina agentis*; estou dizendo que o aumentativo do nome “choro” poderia receber uma leitura agentiva.

No que diz respeito às opções (b) e (c), contudo, é mais difícil dar preferência a uma em detrimento da outra. Na próxima seção farei uma breve apresentação do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída e tratarei de algumas propostas recentes sobre fases (CHOMSKY, 2000, 2001) dentro de “palavras” (MARANTZ, 2001, 2013; MARVIN, 2002; ARAD, 2003, 2005; EMBICK, 2010). Na subseção 3.1 retomo, após apresentação da literatura pertinente, a discussão interrompida neste momento.

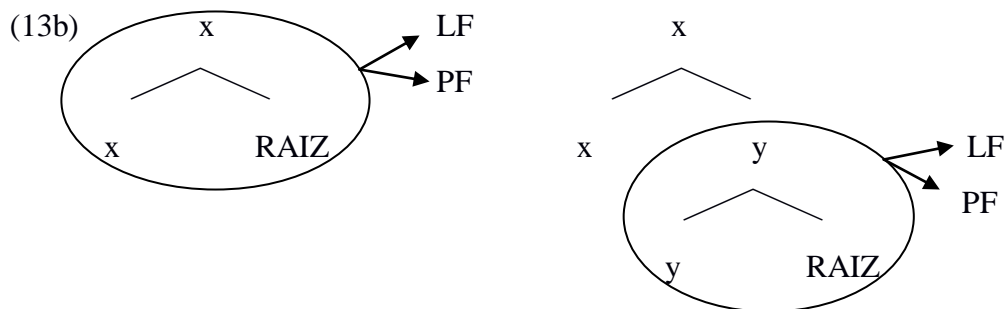
2. MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Como já está dito na introdução, adoto, na minha análise, a arquitetura de gramática proposta pela Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997). Em linhas gerais, a arquitetura da linguagem proposta por essa teoria distribui as propriedades lexicais (propriedades semântico-formais, propriedades fonológicas e propriedades semântico-enciclopédicas) em três listas distintas, acessadas em momentos diferentes da derivação. Além disso, (a) as formas fonológicas são inseridas somente após as operações sintáticas e morfológicas (inserção tardia); (b) as formas fonológicas são subespecificadas; e (c) mesmo as unidades de nível zero (grosso modo, o que tradicionalmente chamamos de palavra) possuem estrutura de constituintes sintáticos. O esquema a seguir (adaptado de HARLEY; NOYER, 1999) ilustra a organização desta arquitetura.



Baseando-se em Chomsky (2000, 2001), Marantz (2001), tentando estabelecer um domínio para a atribuição de significado e pronúncia especiais, propõe que as derivações ocorram por fases, com múltiplos *spell-outs*. Entretanto, para Marantz (2001, 2013), as fases fortes não se restringem às proposicionais de Chomsky (vP e CP): para Marantz o *spell-out* acontecerá sempre que um núcleo categorizador (*v*, *n* ou *a*) seja anexado à estrutura. Então,

assim que ocorre, na sintaxe, a combinação de um nominalizador *n* com uma raiz, por exemplo, para gerar um radical ou tema nominal (como a combinação do *n* realizado pela peça de Vocabulário /ion/ com a raiz $\sqrt{\text{cant-}}$, para produzir o nome *canção*), o constituinte gerado é enviado para a LF e para o componente fonológico, conforme os esquemas a seguir (tirados de MARANTZ, 2001):



Essa visão tem duas consequências: (a) a Enciclopédia vai fornecer significado para a raiz no contexto do primeiro categorizador, e somente nesse contexto; do mesmo modo, o contexto estabelece qual alomorfe da raiz será escolhido; (b) uma vez que etapas posteriores não têm acesso a fases fechadas, nenhum morfema que se anexe acima do primeiro categorizador terá poder de alterar o significado e a pronúncia da raiz negociados na fase mais encaixada, ou mesmo introduzir significado novo, não previsível dos traços que compõem os morfemas mais altos.

Embick (2010) introduz algumas mudanças nesse quadro. Tendo o morfema categorizador realização fonológica nula, núcleos flexionais mais altos que tal morfema (núcleos, portanto, que não definem fase) podem ter efeitos na escolha do alomorfe da raiz. Isso quer dizer que, por exemplo, apesar de a combinação de uma raiz com um vizinho (morfema categorizador verbal) estabelecer uma fase, se o vizinho tiver realização fonológica nula, a flexão combinada ao *vP* pode ter efeitos sobre a pronúncia da raiz, mesmo estando fora da primeira fase.

Marantz (2013) estende a idéia para o lado da interpretação: se um núcleo de primeira fase (aquele que se combina à raiz) tiver interpretação nula, mesmo que tenha pronúncia, a presença de núcleos flexionais entre esta fase e outro núcleo de fase mais alto contará como ambiente para a definição de significado especial para a raiz, mesmo estando fora da primeira fase. Essa proposta tenta dar conta de situações em que, por exemplo, há um item de Vocabulário realizando um núcleo verbal numa determinada forma, mas um participípio, acima

dele, define interpretação especial para a raiz, não sendo esta nenhuma das interpretações possíveis do verbo.

Há hoje na literatura uma discussão a respeito dessas restrições sobre pronúncia e interpretação das raízes. Bermúdez-Otero (2013) argumenta que propostas como as de Embick (2010) e Oltra-Massuet e Arregi (2005), que definem como primeiro ciclo o nível da raiz, não do tema verbal, fazem previsões erradas sobre a ditongação da tônica em espanhol em palavras derivadas como “contador”. Alguns autores (BORER, 2009) defendem que a atribuição de significado novo à raiz pode ocorrer em qualquer momento da derivação. Dá como exemplos grupos de palavras como *react/reaction/reactionary*. Marantz (2013) rebate particularmente as críticas de Borer (2009) e Harley (2011) argumentando que os derivados apresentados por essas autoras preservam algum dos significados da primeira fase. Dados verdadeiramente problemáticos são discutidos por Marantz (op. cit.), que propõe, como possível solução, o que foi brevemente apresentado acima.

De todo modo, acompanhando a visão de Marantz e seus seguidores, parece-me um tanto ou quanto forte a ideia de que há idiomatização em qualquer momento da derivação. Não encontrei exemplo até o momento de nova atribuição de significado em estruturas que incluam um segundo prefixo ou sufixo recursivo. Veja-se que se “descobrir” é idiomático em relação a “cobrir”, “redescobrir” não o é em relação a “descobrir”. O mesmo vale para sufixos como os aumentativos e diminutivos: se “camisinha” é idiomático em relação à “camisa”, “camisinhazinha” não o é em relação à “camisinha”.

3. A ANÁLISE

3.1 FASES NAS FORMAS V-ÃO

Retomando a discussão sobre a base das formas V-ão, iniciada na seção 1.2.

Vimos que a hipótese (a), em que o aumentativo anexa-se sobre uma base nominal não explica uma série de características dessas formas. Seria, então, a base uma raiz acategorial ou uma raiz categorizada por um núcleo verbalizador?

Um dos argumentos para se descartar derivação de base nominal é que não existem formas como “respostão” para denotar conjuntos de indivíduos que respondem (malcriadamente) com frequência. Poderíamos então pensar que a base é verbal, pois $\sqrt{\text{RESPOND-}}$, raiz que encontramos nas formas flexionais do verbo e em outras categorias derivadas do verbo, é a forma da raiz. Mas isso não é necessariamente verdadeiro. Raízes

como $\sqrt{\text{CAG-}}$ e $\sqrt{\text{RESPOND-}}$ não precisam ser as formas que só ocorrem em contexto verbal: podemos imaginar que são as formas básicas das raízes em questão, que podem sofrer mudanças por conta da aplicação de regras de reajuste fonológico (cf. HALLE; MARANTZ, 1993) em determinados contextos morfossintáticos, como o nominal, ou ter alomorfes exclusivos desses contextos^{10,11}. Assumindo uma teoria de fases como a de Marantz (2001), Marvin (2002) e Arad (2005), a derivação direta de raiz explicaria algumas idiomatizações em relação ao verbo de que as formas V-ão supostamente derivam. Veja-se que o verbo que seria a base de “corrão” (“correr”) não possui o significado “ter medo”, mas a palavra pode significar “conjunto de indivíduos que têm muito medo, medrosos” (ver nota 7). Além disso, para a forma “pidão”, parece razoável supor que a escolha do alomorfe da raiz ($\sqrt{\text{PID}}$, não $\sqrt{\text{PED}}$) seja definida num ciclo que não é verbal, pois as flexões (“pede”, “pedem”, “pedimos”) do verbo e outras categorias possivelmente derivadas dele (“pedido”, “pedinte”, etc.) não apresentam a vogal alta no radical¹². Seguindo a lógica estrita de propostas como a de Marantz (2001), seríamos levados a concluir que se trata de derivação direta de raiz.

Entretanto, importantes objeções a se assumir que a derivação é direta de raiz podem ser levantadas. Uma delas tem relação com palavras como “beberrão”, “brincalhão”, “comilão”, “mexilão”, “sabichão”, “tecelão” e “vendilhão¹³”. Aqui, as raízes envolvidas são de verbos de primeira e segunda conjugações, e, ao que parece, a vogal temática está presente, ou sendo preservada, como em “tecelão” e “beberrão”, ou sofrendo a modificação esperada no ambiente nominal — de segunda conjugação para terceira, como nos pares “vender”/“vendido” e “estabelecer”/“estabelecimento”. “Respondão” e “corrão” são as únicas exceções no

¹⁰Observe-se que posso dizer que alguém está com cagaço, que quer dizer que a pessoa está com muito medo. Não é claro que exista o verbo “cagar” dentro de “cagaço”, que é um nome e denota um estado.

¹¹Mas formas como “enrolão” não descartariam imediatamente essa hipótese, uma vez que estamos diante de uma derivação parassintética? De fato, não. Em primeiro lugar, derivações por parassíntese seriam explicáveis na Morfologia Distribuída por uma anexação de um prefixo a uma camada mais interna da palavra (a raiz ou sintagma raiz) e um verbalizador acima dessa estrutura. É o verbalizador que atribui a categoria gramatical à estrutura. Assim, poderíamos ter um aumentativo tomando uma estrutura incluindo a raiz e o prefixo somente, sem o verbalizador – ou seja, teríamos um aumentativo de algo que não é um radical verbal. Além disso, mesmo assumindo que o prefixo tivesse a função de “verbalizar” a raiz, parece-me razoável imaginar que, em muitos casos, aquilo que se considera na tradição gramatical uma derivação parassintética não o seja para os falantes. Quero dizer, não é implausível que os (ou muitos) falantes analisem “enrolar” (pelo menos com o sentido de *enganar* ou *passar para trás*, que é o sentido pertinente) não como en+rolo+a+r, mas como enrol+a+r.

¹²Um dos pareceristas comenta que “a análise de ‘pidão’ como derivado de um alomorfe ($\sqrt{\text{PID-}}$) do radical de ‘pedir’ ($\sqrt{\text{PED-}}$) assenta num mero equívoco entre som e grafia. No PB, a vogal do radical de pedir é geralmente [i], embora seja grafada <e>”. Contudo, assumo, como o faz uma parte da literatura (por exemplo, BISOL, 1989 e SANDALO, 2012), que a pronúncia da vogal alta na raiz nas formas flexionadas e derivadas do verbo “pedir” decorre de uma harmonia vocálica da vogal pretônica com a vogal alta da sílaba tônica (p[i]d[i], p[i]d[i]u, p[i]d[i]nte, p[i]d[i]do, p[i]d[i]mos, etc.). Não se trata, portanto, de confusão entre som e grafia.

¹³Para o dicionário Aulete Digital (ver www.aulete.com.br), “vendilhão”, assim como “mexilão/mexilhão” possuem um diminutivo *-ilho* entre o radical verbal e o aumentativo. Para o Dicionário Houaiss Eletrônico, a derivação é vender+i+lhão, com um alomorfe do aumentativo.

subconjunto dos derivados de verbos de segunda conjugação. Nesse quadro, temos duas possibilidades de tratamento das consoantes que ocorrem entre a suposta vogal temática e a terminação *-ão*: ou trata-se de consoante epentética ou há alomorfes do aumentativo, *-lão*, *-lhão*, *-chão*, etc.¹⁴ Qualquer que seja a alternativa, o principal para esta pesquisa é que se assumimos que a presença de vogal temática interna indica que há um radical verbal, e não somente uma raiz (cf. OLTRA-MASSUET, 1999; BEMÚDEZ-OTERO, 2013), então haveria evidência morfológica de que há um ciclo verbal dentro dessas palavras – ou seja, que não se trata de derivação direta de raiz. Outra questão relevante é: se o verbalizador (vezinho: *v*) é o morfema que introduz na derivação uma variável de evento (MARANTZ, 2005, entre outros), é razoável supor que *v* esteja presente, pois o aumentativo está certamente ligado a uma grandeza relacionada com esta variável (DAVIDSON, 1967; PARSONS, 1990). Assim, a derivação, mais uma vez, não deveria ser direta de raiz.

Como, então, equacionar, assumindo propostas de Marantz (2001) e seus seguidores, a evidência de derivação a partir de verbo com o fato de haver, ainda que em bem poucos casos, idiosincrasia de significado e alomorfia da raiz, provocada, aparentemente, por camadas mais altas na derivação? Temos que abandonar a idéia de fases no interior de palavras ou assumir que o conjunto de itens não é homogêneo, sendo alguns itens derivados do tema verbal e outros derivados de raiz? Na proposta a seguir, baseado em ideias de Embick (2010) e Marantz (2013), procuro mostrar que não é necessário abandonar a idéia de fases no interior da palavra nem assumir heterogeneidade entre os itens da lista. Defenderei que a marca de aumentativo é, de fato, a realização de um núcleo “flexional”, que ocorre entre o *vP* mais encaixado e o núcleo categorizador mais alto. Quanto à leitura idiomática de alguns itens, a idéia é que eles envolvam um alossema semanticamente nulo do verbalizador, o que faz com que o significado da raiz seja negociado na fase posterior, definida pelo morfema categorizador mais alto.

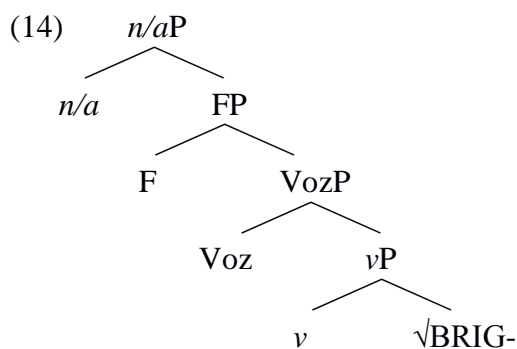
3.2 PROPOSTA

De tudo que foi discutido até o momento, parece claro que o aumentativo envolvido nas formas aqui estudadas (1) está relacionado à mudança de categoria da base e (2) incide

¹⁴ Outra possibilidade, encontrada na literatura, é que se trate de derivação direta do radical verbal (não do tema), com vários alomorfes do aumentativo: *-errão*, *-ilhão*, etc. A proposta encerra, para mim, pelo menos uma dificuldade: por que não há alomorfes cuja vogal inicial não seja uma das vogais temáticas dos verbos da língua? Por que não há *-orrão*, *-ulhão*, etc.?

sobre alguma grandeza estreitamente ligada aos eventos (e só a eles) denotados pelas bases. Como sabemos, tipicamente os aumentativos e diminutivos, quando anexados a uma determinada forma nominal, preservam o estatuto categorial desta forma: se o aumentativo ou diminutivo é afixado a um nome, temos ainda um nome como resultado; se afixado a um adjetivo, continuamos com um adjetivo.

Suponhamos que aumentativos selecionem, tipicamente, itens que introduzam variáveis do tipo entidade (itens que denotem conjuntos de indivíduos)¹⁵ ou do tipo evento (itens que denotem conjuntos de eventos). Uma vez que o núcleo Voz introduz os dois tipos de variável na estrutura (KRATZER, 1996; PYLKKÄNEN, 2002), uma projeção sua, ainda não saturada pelo argumento externo, seria, também, um candidato a complemento do núcleo que contém traços associados à interpretação de aumentativo. Chamemos de F o núcleo que alberga tais traços de aumentativo, entre outros (por exemplo, traços aspectuais). Assim, temos o seguinte esquema:



Entretanto, o nó VozP não é uma função de entidades em valores-de-verdade, como o são os nomes e adjetivos (HEIM; KRATZER, 1998), mas uma função que também envolve uma variável de evento (ver esquema (15) abaixo). Em (14), o núcleo F, como as flexões verbais, estabelecerá uma quantificação sobre a variável de evento disponível e o aumentativo incidirá sobre grandezas associadas a essa variável, como a frequência, não sobre grandezas associadas à variável de entidade introduzida pelo núcleo Voz.

¹⁵ Nomes e adjetivos são, tipicamente, conjuntos de indivíduos (HEIM; KRATZER, 1998); por isso seriam selecionados por aumentativos, nesta visão. Nomes de eventos, como “choro” ou “beijo”, também poderiam ser selecionados por aumentativos, pois introduzem variáveis de evento. Mas alguns advérbios, que não correspondem aos mesmos tipos de função, também têm aumentativos. Vejam-se os exemplos: *Pedro dormiu benzão essa noite*; *Pedro passou malção depois do churrasco*; *Maria andou rapidão até sua casa*; etc. Acredito que os advérbios em questão sejam funções que tomem, como domínio, funções evento em valor-de-verdade e devolvam funções de evento em valor-de-verdade. Ou seja, reintroduzem uma variável de evento no cálculo. Talvez por isso seja possível a anexação de um aumentativo.

A existência do morfema F somente com o aumentativo (não com o diminutivo) pode estar relacionada à observada assimetria entre aumentativos e diminutivos. Note-se que há certa rigidez na ordem em que ocorrem numa mesma palavra: aumentativo seguido de diminutivo é permitido, mas a ordem inversa é bastante marginal (ARMELIN, 2011). Outras propriedades morfológicas e fonológicas corroboram essa assimetria: por exemplo, a qualidade de vogais tônicas é a mesma dos nomes de base nos diminutivos (MENUZZI, 1993; FERREIRA, 2004; BACHRACH; WAGNER, 2007), mas não necessariamente nos aumentativos ([bolíjna] x [bolãõ]; [pezíjno] x [pezãõ] ou [pezãõ]); nomes próprios terminados em [s] admitem uma espécie de “infixação” do diminutivo (Carlinhos, Marquinhos, Douglinhas), mas não dos aumentativos (Carlão, *Carlãos, *Carlões; Marcão, *Marcãos, *Marcões; Douglão, *Douglãos, *Douglões)¹⁶; marcas nominais podem desaparecer nos aumentativos – mudando-se, inclusive, o gênero da palavra –, mas não nos diminutivos: por exemplo, viajão (viagem grande ou longa) comparado a viagensinha (*viajinho). Se essas diferenças dizem respeito não só a uma diferença na altura de anexação (como propõe ARMELIN, 2011) entre diminutivos e aumentativos, mas também ao fato de que aumentativos sejam núcleos ou traços que pertençam a núcleos combinados a estruturas via *set-merge*, mas diminutivos sejam estruturas mais complexas (talvez envolvendo uma raiz e um categorizador) combinadas aos constituintes via adjunção (formação de composto; por exemplo: BACHRACH; WAGNER, 2007; MATEUS et alii, 2003; entre outros)¹⁷, temos um começo de explicação para o fato de não haver palavras como “chorinho” denotando “indivíduo que chora com pouca frequência ou pouca intensidade”: o diminutivo, por ser um constituinte complexo, não pode ser um núcleo ou um traço de um núcleo como F em (14) acima. A idéia é que, por ser um traço ou feixe de traços, o aumentativo poderia, a princípio, compor núcleos, até mesmo categoriais, o que talvez ocorra em palavras como “viajão” e “bolão” (aumentativo de “bola”), onde há mudança de gênero (o traço aumentativo comporia o núcleo nominalizador, *n*, aqui, talvez com um traço [+masculino]). Assim, o aumentativo pode compor F em (14) — um morfema flexional que quantifica a variável de evento disponibilizada pelo radical verbal mais encaixado —, mas não o diminutivo.

¹⁶ Agradeço a Gean Damulakis por me apontar essa evidência.

¹⁷ Na proposta de Bachrach & Wagner (2007) a operação semântica envolvida para se calcular a interpretação do diminutivo é *modificação de predicado* (HEIM; KRATZER, 1998). Parece-me claro, contudo, que isso não seja verdade, uma vez que não há leitura intersectiva como resultado. “Elefantinho” não denota o conjunto interseção entre o conjunto das entidades que são elefantes e o conjunto das entidades que são pequenas. De todo modo, a idéia de que temos algo semelhante a um composto na formação dos diminutivos possui inúmeras conseqüências interessantes.

Uma discussão mais aprofundada sobre estas questões é indiscutivelmente necessária, incluindo a comparação dos comportamentos de aumentativos e diminutivos em outras línguas, mas fica para trabalhos futuros.

3.3 ESTRUTURA E INTERPRETAÇÃO

A primeira pergunta que vem à mente é: como chegamos à leitura regular dessas palavras? Quero dizer: como as partes postuladas na estrutura (14) acima derivam a leitura de conjunto de indivíduos interpretados como, tipicamente, agentes de eventos ou atividades¹⁸ denotados pelos verbos de base?

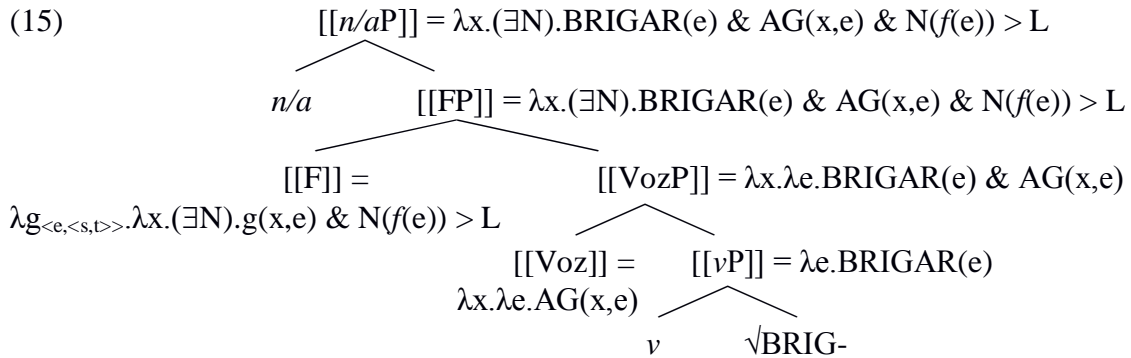
Na estrutura (14), v introduz a variável de evento e vP terá a seguinte denotação: $[[vP]] = \lambda e_s. \text{BRIGAR}(e)$. Formalmente, VOZ terá a finalidade de introduzir uma função θ que toma o par entidade-evento. Tipicamente, θ é a função AGENTE. VOZ é semanticamente integrado à estrutura via “identificação de evento” (KRATZER, 1996), e introduz uma variável do tipo entidade. Já o núcleo F seleciona uma função do tipo $\langle e, \langle s, t \rangle \rangle$, tipo semântico da projeção “intermediária” de Voz, e introduz um número N associado a uma grandeza f , normalmente a frequência, relacionada com o evento e e estabelece que N é maior do que um limiar L (um número na mesma escala). Se f for, por exemplo, frequência, L indica o ponto de corte para o que se considera a frequência típica do evento do tipo definido pelo vP (no exemplo, o evento de brigar), considerando o universo de potenciais agentes para este evento. Ou seja: $N(f(e)) > L$. Até onde posso ver, a contribuição do aumentativo aqui é, formalmente, a mesma que encontramos no contexto nominal (como em “aviãozão” ou “amigão”); o que muda são as grandezas e a variável envolvidas¹⁹. Com isso, nos distanciamos de trabalhos como os de Alves (2011) e Rio-Torto (1993), que tratam as ocorrências do sufixo aumentativo em diferentes bases como casos de homonímia. Veremos adiante que a terminação *-ão* (subjacentemente /oN/) é a realização de um traço morfossintático comum a todos os casos de aumentativo: [+AUM].

O morfema F também cria um predicado caracterizador a partir do evento (e o quantifica). Vou assumir que isso quer dizer que a variável de evento deixa de estar disponível para uma quantificação ou operação semântica posterior.

¹⁸Estou assumindo que as atividades são um subconjunto do conjunto dos eventos.

¹⁹Além disso, o leque de grandezas em jogo costuma ser maior no ambiente nominal.

No esquema abaixo, esboço o cálculo semântico, com algumas lacunas²⁰:



Os núcleos *n* e *a* em (15) selecionam nós que introduzem variáveis de entidade, ou que sejam de tipo $\langle e, t \rangle$, mas não fazem contribuição semântica às estruturas em que ocorrem²¹.

O esquema em (15) diz que a expressão denota uma função de entidades em valores-de-verdade (ou, por outros termos, denota um conjunto de indivíduos) tal que as entidades de seu domínio (do conjunto de indivíduos) têm a propriedade de ser agentes (a função $\text{AG}(x,e)$) de um evento *e*, que é um evento de *brigar* ($\text{BRIGAR}(e)$), e existe um número *N* (a expressão $\exists N$) de uma escala associada a uma grandeza do evento de brigar ($f(e)$, grandeza que pode ser a frequência) que é maior do que um limiar (*L*), um valor considerado como médio ou esperado – ou seja, (15) denota um conjunto de indivíduos que são agentes de eventos de brigar cuja frequência (ou outra grandeza pertinente) ultrapassa um limiar, que caracteriza o médio ou esperado.

Mesmo que não expresso no cálculo, o morfema *F* (o aumentativo) parece, ainda, contribuir com uma avaliação negativa dos indivíduos do conjunto. Poderíamos acrescentar a expressão “& *x* é pejorativamente avaliado” à definição de *F*, vinculada talvez a traços como [+avaliativo], [+negativo], contidos no feixe. “Pejorativamente avaliado” ou “negativamente avaliado” são, entretanto, difíceis de definir, e não é verdade que todos os itens *V*-ão impliquem sempre avaliação negativa. Prefiro, portanto, manter a definição de *F* como em (15) acima, neutra quanto a esse aspecto do significado. Contudo, a intuição de que os indivíduos

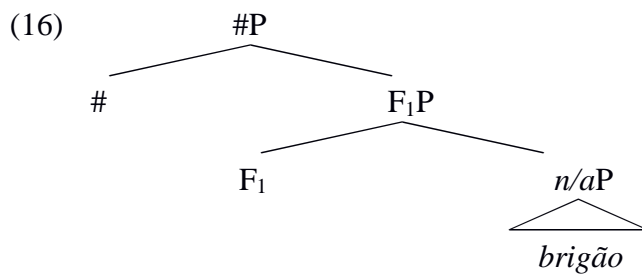
²⁰ Não há, por exemplo, quantificação da variável de evento. Talvez exista um operador habitual ou genérico veiculado por *F*, mas não tenho meios de tomar uma posição a respeito disso neste artigo.

²¹ Aqui a abordagem se aproxima mais de trabalhos como Alexiadou (2001) do que de trabalhos como os de van Hout & Roepper (1998) e Marvin (2002), pois não postula a necessidade de núcleos nominais semanticamente nulos ocuparem posições argumentais dentro da estrutura funcional da forma nominal analisada. Importante esclarecer, ainda, que os morfemas categorizadores mais altos em (15) são alossemas semanticamente nulos dos morfemas *a* e *n*; não introduzem variáveis de entidade ou estado, como em outras abordagens (ver, por exemplo, MARANTZ, 2013).

denotados pelos itens V-ão são pejorativamente avaliados precisa, ainda, de uma boa explicação.

Como mencionado na introdução a este artigo, um segundo aumentativo (ou diminutivo) afixado às formas V-ão pode ter efeitos semânticos sobre uma grandeza ligada às entidades que formam sua extensão (tipicamente, dimensões físicas destas). Suponha-se, por exemplo, que numa dada ocasião existam duas crianças chorando bastante num berçário de maternidade, mas uma bem maior do que a outra. Posso referir-me à primeira como *o chorãozão* e à segunda como *o chorãozinho*.

Em (16) abaixo apresento uma possível estrutura para as formas V-ão com o segundo aumentativo. Tratar-se-ia de formação típica de aumentativo de categoria nominal, como um adjetivo ou um nome²².



O segundo aumentativo estará numa posição de c-comando em relação ao morfema que introduz a variável de entidade na estrutura – e mantém essa variável para quantificação posterior ou saturação via concatenação de um DP com referência. Observe-se que definições possíveis para *chorãozão* são “indivíduo relativamente grande que é chorão” ou, a menos dependente de contexto, que é “indivíduo que é muito chorão”. Parece claro que, na segunda leitura, a própria forma derivada *chorão* define uma grandeza modificada pelo aumentativo, podendo indicar que o conjunto de indivíduos que constitui a sua extensão comporta-se de tal modo que ultrapassa um limiar que caracteriza os indivíduos chorões²³. Isso pode indicar que tais indivíduos choram ainda mais do que os chorões “normais”, o que, a meu ver, não significa um acesso à variável de evento existente em camadas mais baixas da estrutura.

²² A estrutura não explicaria uma possível duplicação de plural, como talvez ocorra em “papéizões”. Não encontrei na internet nenhum caso de plural nas palavras V-ão com um segundo aumentativo ou um diminutivo. Minhas intuições tampouco são claras quanto a haver ou não duplicação de plural nelas ou em quaisquer outras palavras com aumentativos. Para a palavra “papéizões”, por exemplo, encontrei somente uma ocorrência no Google, mas para a palavra “papelzões” encontrei cinco ocorrências distintas.

²³ Representar e entender como um item V-ão define tal grandeza, entretanto, tendo em vista a estrutura e o cálculo semântico que estou propondo em (15), não é tarefa trivial.

3.4 SOBRE O MORFEMA “NOMINALIZADOR” E A REALIZAÇÃO FONOLÓGICA DO AUMENTATIVO

Na proposta acima, os morfemas “nominalizadores” (*a* e *n*) são anexados a estruturas contendo o núcleo Voz. Note-se que nomes e adjetivos não projetam posição para argumento externo. Mesmo nos casos em que adjetivos são predicados, boa parte da literatura sobre o tema, por razões variadas que não podem ser discutidas aqui, ou propõe a existência de algum núcleo com a função de relacionar o adjetivo com seu “sujeito” (ver, por exemplo, DEN DIKKEN, 2006 e HALE; KEYSER, 2002, entre outros) ou simplesmente assume uma estrutura não endocêntrica chamada de *small-clause* (SC) que faz a composição de um DP com um AP, dando conta da relação de predicação. Neste artigo defendo que justamente a presença de tais morfemas categorizadores impede a projeção de uma posição a ser preenchida por um argumento externo, o que seria esperado por conta da presença do núcleo Voz na estrutura, mas não impede que a forma V-ão venha a ser um predicado, uma vez que temos uma função do tipo <e,t> no final do cálculo semântico.

A proposta abre-se à análise de outros morfemas que criam nomes ou adjetivos que denotam conjuntos de indivíduos que tomam os típicos papéis temáticos de argumentos externos dos verbos de base. Em português, por exemplo, temos formas nominais em *-dor* (como *encanador*), em *-nte* (como *acompanhante*), em *-ivo* (como *comunicativo*), além das formas V-ão estudadas neste artigo. As diferenças entre os diversos morfemas estariam nas composições possíveis do morfema F da estrutura (14) acima. Nas formas V-ão, F possui um traço (ou traços) aumentativo(s) que não deve(m) estar presente(s) nos outros morfemas da classe.

Claro está que, por conta da presença do núcleo Voz, os típicos verbos de base são transitivos (ou inergativos). Note-se que quando o verbo tem alternante incoativa (o caso de “mexer”/“mexilão”), é a interpretação da alternante causativa que conta. Verbos exclusivamente inacusativos não devem ser encontrados – e, de fato, com exceção talvez de “amarelão”, nenhum outro item é derivado de verbo inacusativo.

Com relação ao item de Vocabulário (ver seção 2) que realiza o morfema F, proponho a seguinte regra:

(17) /oN/ ↔ [+AUM]

Qualquer que seja o morfema, se o traço de [+AUM] estiver presente, o expoente /oN/ será um item de Vocabulário competidor para realizar o morfema em questão. Nas estruturas (15) e (16) acima, o item realiza os morfemas F e F₁. Não havendo outros expoentes mais especificados (*Princípio do subconjunto*; HALLE, 1997), esta peça de vocabulário será inserida no nó correspondente. Isso quer dizer que, considerando (17) acima, os itens de Vocabulário ligados aos outros membros da classe das formas nominais agentivas ou têm uma especificação que não é parte da especificação de F nos itens V-ão ou são menos especificados.

3.5 SOBRE ALOMORFIAS E ALOSSEMIAS

Propostas como a de Marantz (2001) e seus seguidores teriam dificuldades em lidar com o fato de haver alossemias “mais altas” e alomorfiadas de raiz em estruturas complexas, envolvendo fases internas, como a que encontramos na estrutura (14). Assumindo, por exemplo, que “pidão” é formação recente²⁴ (ou seja, que não se trata de forma cristalizada), como explicaríamos, baseados em propostas de Marantz (2001), a alomorfia da raiz numa estrutura que inclui um núcleo *v* mais encaixado? Embick (2010) e Marantz (2013) apresentam uma teoria de fases mais flexível que pode dar conta de casos como este.

Suponhamos um *v* com realização zero (o item de Vocabulário é um zero fonológico) na forma “pidão”. Uma vez que o núcleo F é um núcleo flexional, segundo Embick (2010), F tem acesso à raiz de *v*P, podendo ter influência sobre sua forma fonológica – o alomorfe realizado. Assim, estando F presente, regras de reajuste fonológico se aplicam sobre a raiz²⁵, ou o alomorfe $\sqrt{\text{PID-}}$ da raiz de “pedir” ganha a competição por inserção nesse contexto.

Com relação aos (poucos) significados realmente idiomáticos das formas aqui estudadas, podemos imaginar, com Marantz (2013), que F pode selecionar um alossema de *v*, semanticamente nulo, o que faz com que somente quando *n* ou *a* entrem na derivação o significado da raiz seja estabelecido. Isso quer dizer, ainda, que o contexto para a definição da

²⁴ O dicionário Houaiss eletrônico registra, mas não data, a forma “pidão”. Muitas outras formas V-ão são datadas no dicionário. “Mamão”, por exemplo, com o significado pretendido (indivíduo que mama com frequência), é neologismo para muitos, mas tem como datação do primeiro registro o ano de 1288. “Mijão” é datado de 1858. Entendo que a não datação indique formação mais recente, ou pelo menos não registrada nas fontes consultadas pelos elaboradores do dicionário. Parece-me um pouco implausível que a forma seja antiga e não exista registro passado dela, uma vez que a maioria das formas V-ão listadas na primeira seção deste artigo possuem datação no Houaiss eletrônico.

²⁵ A altura da vogal acentuada (da base) sobe, como ocorre no contexto nominal, em [pezãô] e em [tusãô] (forma que encontrei em sites de busca significando “tosse muito forte”, mas também a forma que intuitivamente seria, para mim e para outras pessoas consultadas, a esperada na formação V-ão com o verbo “tossir”)

interpretação da raiz inclui F. Um exemplo seria o da palavra “corrão” significando “medroso”. Aqui, *v* não introduz variável de evento, e a forma remete a uma propriedade²⁶.

3.6 CONSEQUÊNCIAS

Grandezas modificadas pelo aumentativo nas formas V-ão serão restringidas pelo grau de encaixe do constituinte que introduz a variável associada a tais grandezas. A idéia é que, sendo a variável de evento introduzida pelo complexo *v*P+VozP, que é, segundo pressupostos deste trabalho, enviada às interfaces numa fase interna à forma V-ão, a influência de outros fatores, mais contextualmente amplos, na definição de qual grandeza será modificada pelo aumentativo é simplesmente nula. Somente a semântica do radical e uma grandeza intimamente ligada a ela (a frequência sendo a grandeza *default*), definidas na camada verbal da estrutura, serão levadas em conta pelo aumentativo em F.

No caso dos nomes de um modo geral ou, particularmente, do nome derivado aqui em discussão, o modificador da grandeza (aumentativos e diminutivos ou o segundo aumentativo da forma V-ão) é mais externo: está dentro de outra fase mais alta (um *v*P que contenha a forma V-ão ou mesmo o CP: CHOMSKY, 2001). Assim, é possível que um contexto frasal mais amplo forneça algumas opções de avaliação ligadas ao aumentativo (ou diminutivo). É claro que as opções serão restringidas pelo significado da expressão nominal em questão, pois este já foi negociado e é imodificável (segundo a teoria), mas o leque de possibilidades pode ser mais amplo, como mostrado nos exemplos (1)-(6) acima e na discussão da seção 1.1.

4. CONCLUSÕES

A análise proposta dá conta de várias das características apresentadas e discutidas ao longo do artigo.

Retomando as perguntas iniciais:

1. Que estrutura morfossintática poderia dar conta da leitura regular das formas sob análise, além de suas propriedades morfofonológicas?
2. Por que somente os aumentativos (não os diminutivos) são licenciados?

²⁶ Mesmo nesse caso não é claro para mim se não temos uma leitura composicional seguida de outra leitura não composicional (um *fingimento*; ver EGAN, 2008), como parece ocorrer com expressões idiomáticas do tipo “chutar o balde”. Se assim for, não é necessário postular um verbalizador semanticamente nulo para a interpretação considerada em “corrão”.

3. Que restrições existem sobre o tipo de raiz ou radical verbal que entra na construção?

Respondendo à questão (1): a interpretação agentiva (ou qualquer que seja o papel temático típico de argumento verdadeiramente externo do verbo) decorre da presença do núcleo VOZ na forma V-ão (semanticamente, o uso de uma abordagem neo-davidsoniana ajuda a entender por que a nominalização é a introdutora da interpretação de agente para a forma analisada); as interpretações dos aumentativos são decorrentes da introdução de funções de escala associadas às variáveis envolvidas. A morfossintaxe das formas V-ão é representada pelas estruturas (15) e (16). A classe da palavra é nominal porque os morfemas *a* ou *n* são concatenados à estrutura. Propriedades morfofonológicas específicas decorrem do fato de F ser um morfema flexional.

Respondendo (2): a resposta ainda não é definitiva, mas a idéia é que o morfema F envolvendo o traço aumentativo está listado no léxico estrito da língua. A existência desse núcleo é possibilitada por uma assimetria entre aumentativos e diminutivos, que pode decorrer do fato de aumentativos e diminutivos terem naturezas bem distintas – o primeiro sendo um traço que pertence a um núcleo e o segundo envolvendo uma estrutura sintagmática mais complexa.

Respondendo (3): as raízes envolvidas devem ser raízes típicas de verbos com argumento externo. Em quase todos os casos o argumento externo é obrigatório. A razão é simples: a presença do núcleo VOZ que toma o *vP* mais encaixado vai restringir o universo de raízes àquelas que tipicamente denotem atividades ou, no máximo, eventos externamente causados²⁷.

A proposta não explica, entretanto, por que os verbos envolvidos são preferencialmente inergativos ou transitivos que podem ter seus complementos não expressos, implícitos. A composição semântica não faz distinção entre esses e outros tipos de verbos com interpretação dinâmica/eventiva que tenham argumento externo. De fato, entendendo que o papel temático *portador de estado* poderia ser introduzido por um núcleo VOZ, como deve ser o caso em verbos como “amar”, “ter”, “conhecer”, etc., mais problemas emergem, pois os verbos estativos (com exceção talvez de “saber”) não aparecem na lista de formas V-ão.

²⁷ Mas amarelão não seria derivado de raiz de verbo inacusativo? Pode ser, mas trata-se de um inacusativo um pouco atípico com esta conotação. Note-se que não é possível dizer que o fato de alguém ter amarelado no sentido pretendido acarreta que a pessoa ficou amarelada (significando que ficou com medo). Outros testes usuais, como a possibilidade de inversão da ordem sujeito-verbo, tampouco são aplicáveis ao verbo “amarelar”, nesse caso em qualquer dos sentidos.

Também é preciso entender a morfofonologia de itens como *comilão*, *brincalhão*, *beberrão*, etc. Aqui, a vogal temática está presente, mas às vezes ela sofre redução, às vezes não sofre. Ademais, a escolha da consoante que ocorre entre o tema verbal e a terminação *-ão* é bastante misteriosa, podendo ser [l], [λ], [ɣ] ou [ʃ]. Seria uma consoante epentética? Seriam alomorfes do aumentativo? Outras perguntas: Por que, nesses itens, e predominantemente na segunda conjugação, a vogal temática não é assimilada pela vogal inicial do sufixo aumentativo (ou simplesmente cai), como parece ser o caso da maioria dos membros da lista apresentada na introdução? Teremos duas regras em jogo, uma válida, tipicamente, para os verbos da primeira conjugação e formações novas e outra válida, tipicamente, para os verbos de segunda conjugação?

Tais questões ficam para trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

1. ALEXIADOU, A. *Functional Structure in Nominals: Nominalization and Ergativity*. Amsterdã/Filadelfia: Johns Benjamins Publishing Company, 2001.
2. ALVES, R. S. *O processo de formação de palavras com o sufixo aumentativo -ão: uma análise cognitivista*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ.
3. ARAD, M. "Locality constraints on the interpretations of roots: the case of Hebrew denominal verbs". *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 21, n. 4, pp.737-779, 2003.
4. ARAD, M. *Roots and patterns: Hebrew morpho-syntax*. Dodrecht: Kluwer Academic Publications, 2005.
5. ARMELIN, P. R. G. "Sobre a interação entre as marcas de diminutivo e aumentativo no português brasileiro". *ReVEL*, edição especial, n. 5, 2011. [www.revel.inf.br].
6. BACHRACH, A.; WAGNER, M. "Syntactically Driven Cyclicity vs. Output-Output Correspondence: The Case of Adjunction in Diminutive Morphology". *U. Penn Working Papers in Linguistics*, Volume 10, n. 1, 2007.
7. BERMÚDEZ-OTERO, R. "The Spanish Lexicon stores stems with theme vowels, not roots with inflectional class features". *Probus*, v. 25, n. 1, 2013.
8. BISOL, L. Vowel harmony: a variable rule in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, n. 1, 1989, p. 185-198.
9. BORER, H. "Roots and categories". In *Talk given at the 19th Colloquium on Generative Grammar, University of Basque Country, Vitoria-Gasteiz*. 2009. Disponível em: <http://www-rcf.usc.edu/~borer/rootscategories.pdf>
10. BORER, H.; ROY, E. "The Name of the Adjective". Manuscrito, 2007.

11. CHOMSKY, N. "Minimalist Inquiries: The Framework". In: MARTIN, R.; DAVID, M.; URIAGEREKA, J. (Orgs.) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. p. 89-156.
12. CHOMSKY, N. "Derivation by Phase". In: KENSTOWICZ, M. (Org.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001. p. 1-52.
13. DE BELDER, M. M.; FAUST, N.; LAMPITELLI, N. "On a derivational and an inflectional diminutive". *North East Linguistic Society 40 (NELS 40)*, Massachusetts (MIT), November 13-15, 2009.
14. DIKKEN, M. den. *Relators and Linkers: The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. The MIT Press, 2006.
15. EMBICK, D. *Localism versus Globalism in Morphology and Phonology*. The MIT Press, 2010.
16. EMBICK, D.; MARANTZ, A. "Architecture and blocking". *Linguistic Inquiry*, v. 39, n. 1, 2008. p. 1-53.
17. EGAN, A. "Pretense for the Complete Idiom". *NOÛS*, v. 42, n. 3, p. 381-409.
18. FERREIRA, M. "Diminutives in Brazilian Portuguese and Output-Output Correspondence". In: GESS, R. S.; EDWARD J. R. (Orgs.) *Theoretical and Experimental Approaches to Romance Linguistics*. New York: John Benjamin Publishing Company, 2004. p. 109-123.
19. HALE, K.; KEYSER, S. J. *Prolegomena to a theory of Argument Structure*. The MIT Press, 2002.
20. HALLE, M.; MARANTZ, A. "Distributed Morphology and the Pieces of Inflection". In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (orgs.) *The View From Building 20*. Cambridge Mass: MIT Press, 1993. p. 111-176.
21. HARLEY, H. "On the identity of roots". Manuscripto, Universidade do Arizona, 2011.
22. HARLEY, H.; NOYER, R. "The state-of-the-article: Distributed Morphology". *GLOT International*, v. 4, n. 4, 1999, p. 3-9.
23. HEIM, I.; KRATZER, A. *Semantics in generative grammar*. Malden, MA.: Blackwell, 1998.
24. HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
25. HOUT, A. van; ROEPPER, T. "Events and Aspectual Structure in Derivational Morphology". *MIT Working Papers in Linguistics*, Cambridge Mass., v. 32, 1998. p. 175-220.
26. KRATZER, A. "Severing the External Argument from its Verb". In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (Orgs.) *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996. p. 109-137.
27. MARANTZ, A. "No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon". In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L. et al. (orgs.) *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, Universidade da Pennsylvania, v. 4.2, 1997. p. 201-225.
28. MARANTZ, A. "Words". WCCFL XX handout, USC, February, 2001.

29. MARANTZ, A. “Rederived Generalizations”. Ms, NYU, 2005.
30. MARANTZ, A. “Locality Domains for Contextual Allomorphy across the Interfaces”. In: MATUSHANSKY, O.; MARANTZ, A. (Orgs.) *Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle*. Cambridge Mass: MIT Press, 2013. p. 95-116.
31. MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. *Gramática da Língua Portuguesa (5ª edição, revista e aumentada)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
32. MARVIN, T. *Topics in the stress and syntax of words*. Tese. MIT, Cambridge Mass, 2002.
33. MENUZZI, S. “On the Prosody of the Diminutive Alternation -inho/-zinho in Brazilian Portuguese”. Manuscrito, Universidade de Leiden, 1993.
34. OLTRA-MASSUET, I. “On the constituent structure of Catalan verbs”. In: ARREGI, K.; LIN, V.; KRAUSE, C.; BRUENING, B. (Orgs.) *MITWPL 33: Papers in Morphology and Syntax, Cycle One*. Cambridge MA: MITWPL, Department of Linguistics and Philosophy, MIT, 1999. p. 279-322.
35. OLTRA-MASSUET, I.; ARREGI, K. “Stress-by-structure in Spanish”. *Linguistic Inquiry*, v. 36, 2005. p. 43-84.
36. PARSONS, T. *Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1990.
37. PYLKKÄNEN, L. *Introducing Arguments*. Tese. Cambridge Mass: MIT, 2002.
38. RIO-TORTO, G. M. de O. e S. *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Tese de doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993.
39. SANDALO, F. “Harmonia e redução vocálica no português do Brasil”. *Letras de hoje*, v. 47, n. 3, Porto Alegre, 2012, p. 268-274.

ABSTRACT: This paper analyzes augmentative forms of verbs in Brazilian Portuguese. The aim of the paper is to understand its morphosyntactic structure and explain various aspects of its semantic interpretation. Adopting the framework of Distributed Morphology, I propose that there is an augmentative feature ([+AUM]) which is part of an inflectional head that takes a Voice constituent as its complement. The inflectional head quantify the event variable introduced by the verb and the voice head introduces an entity variable. Thus, these items denote bundles of properties which characterize entities who are agents of very frequent events. Frequency is typically the property which is modified/evaluated by the augmentative morpheme. The paper, moreover, proposes a possible explanation for the fact that diminutives do not take verbs as the augmentatives do.

KEYWORDS: augmentatives; verbs; derivations by phases; Distributed Morphology.

Artigo recebido em 25 de novembro de 2014.

Artigo aceito para publicação em 27 de fevereiro de 2014.